

Quando a Economia se Alia à Política

Maria do Rosário de Moraes Vaz

Panorama das Relações Económicas Luso-Brasileiras – A Viragem dos Anos Noventa", Joaquim Ramos Silva (no prelo)

O Brasil provou ser um ponto obrigatório da internacionalização da economia portuguesa. É natural que assim continue. Manter abertos e largos os horizontes é porém essencial.

As relações económicas luso-brasileiras encontram-se em aceleração. Joaquim Ramos Silva adverte, porém, que uma diplomacia económica esclarecida continua a ser necessária para fortalecer o relacionamento entre os dois países.

primeira prioridade da política externa portuguesa é, inquestionavelmente, o Brasil. Mais ou menos nestes termos, e referindo-se obviamente à esfera extra-europeia, a formulação de António Guterres no início do seu primeiro Governo foi várias vezes reafirmada em sucessivos discursos ministeriais. Nesta como noutras políticas públicas, porém, nem sempre as intenções se materializam e nem sempre o plano propriamente político encontra correspondência no plano económico.

No caso do Brasil, em que Portugal ocupou ultimamente, sobretudo em resultado das privatizações, um lugar cimeiro entre os investidores europeus (quarto, com 11 % do total líquido investido pelo conjunto da União Europeia, em 1996-1997), a forte intensificação das relações políticas que se verificou com a mudança de Governo nos dois países coincide com a intensificação paralela das relações económicas. A evolução recente permite falar sem exagero de uma relação especial entre o Brasil e Portugal que já não se limita às afinidades culturais e humanas. Tanto Portugal como o Brasil têm, além disso, uma visão estratégica do seu relacionamento bilateral, que consideram inscrever-se, com benefício, no relacionamento mais geral entre a União Europeia e o Mercosul.

Em ambos os quadros o Brasil ocupa um lugar sem paralelo. É o 11º parceiro comercial da União, e o primeiro na América Latina. A despeito da crise, de que aliás começou a libertar-se bem mais cedo do que lho autorizavam os vaticínios mediáticos, o Brasil continua entre as 10 maiores economias mundiais. Quando se perspectiva a criação de uma zona de comércio livre do Alasca à Patagónia (com a notória excepção, por enquanto, de Cuba), a intensificação das relações económicas da Europa com a América Latina assume a evidente função de contrapeso a uma excessiva predominância dos Estados Unidos no continente. A cimeira Europa-América Latina-Caraíbas, em Junho de 1999, nas franjas da qual os europeus se puseram finalmente de acordo entre si e com os latino-americanos quanto à agenda das negociações para a criação de uma zona de comércio livre qualificada entre a União Europeia e o Mercosul foi aliás um reflexo desse desejo de equilíbrio transcontinental.

Como entra Portugal nesse objectivo? Sem descurar um relacionamento "mercosulista" e latino-americano mais amplo (de que aliás há indícios), o seu contributo marcante articular-se-á sem dúvida em torno do "eixo" luso-brasileiro. Quanto à dimensão política desse relacionamento, o exemplo recente de Timor, e o papel que o Brasil, por intermédio designadamente do seu representante nas Nações Unidas, Gelson Fonseca, desempenhou no Conselho de Segurança, bastaria para ilustrar o grau de cumplicidade hoje inegável. A novidade, justamente, é que a

vitalidade das relações económicas serve de lastro à solidez das relações políticas.

Joaquim Ramos Silva analisa e quantifica no seu estudo todo o actual panorama das relações económicas luso-brasileiras. Sugere, como o título indica, que estamos perante uma aceleração – uma viragem, contrastando fortemente com a estagnação das décadas passadas. Adverte porém que, embora o clima económico seja favorável de um e de outro lado, embora as relações entre as comunidades empresariais respectivas sejam naturais e se consolidem, uma diplomacia económica esclarecida continua a ser necessária para dar ao relacionamento luso-brasileiro um esteio suficientemente forte para resistir às contingências. Assim se poderá ir construindo paulatinamente uma parceria que produza efeitos tanto na CPLP como num mais estreito relacionamento entre a UE e o Mercosul.

Ramos Silva situa o relacionamento económico actual entre Portugal e o Brasil na marcha da internacionalização de cada uma das economias, através de uma leitura comparada das lógicas nem sempre paralelas que lhes presidiram. Traça depois o retrato do relacionamento económico bilateral, centrando-se em particular na evolução ao longo da presente década, e referindo em pormenor os seus principais segmentos. Se a partir de 1992 começa a notar-se que o relacionamento bilateral luso-brasileiro sai da letargia e mesmo do declínio que o caracterizava desde o Pós-Guerra, facto a que não é estranha a inserção regional das duas economias, é a partir de 1995 que se nota um incremento substancial, “com relevo para o comércio e o investimento no sentido de Portugal para o Brasil, que ao longo das últimas décadas tinha sido um dos seus elos mais fracos”.

A análise do quadro inter-regional, com a especial referência ao Brasil que o seu peso justifica, ocupa em seguida o autor, que defende, entre outros aspectos que directamente se relacionam com a atitude que Portugal deve assumir na Europa, a necessidade de maior abertura do mercado agrícola europeu aos latino-americanos, com vantagem para ambas as partes. Dedica-se em seguida às potencialidades internacionais mais amplas do relacionamento luso-brasileiro, detalhando, por exemplo, os domínios em que pode ser explorado com benefício mútuo no quadro da CPLP: educação e formação profissional, dimensão económica do sector cultural, exploração de riquezas naturais e desenvolvimento de infra-estruturas de base, bem como o estímulo à deslocalização industrial.

Reportando-se ao Brasil e a Portugal, Luiz Felipe Lampreia dizia há tempos em Lisboa que as relações económicas entre os países se desenvolvem ao ritmo que a evolução das respectivas economias lhes imprimem, e que o papel dos Governos consiste essencialmente em “não atrapalhar”. Ramos Silva concorda no fundo com esta formulação meio jocosa do ministro brasileiro. Destaca o papel essencial das redes de empresários e das empresas, em particular das pequenas e médias, mas não deixa de chamar a atenção para a necessidade de melhorar a corrente de informação entre os dois países.

As relações económicas entre Portugal e o Brasil estão numa fase de ascensão, mais acentuada no sentido Portugal-Brasil, que aumenta decididamente a importância de cada um dos países em relação ao outro. O Brasil (3º fornecedor e 4º cliente) representa hoje à volta de 6 % do comércio externo português fora do mercado europeu (sensivelmente o dobro de 1980), e Portugal foi um dos grandes investidores europeus no Brasil em três anos consecutivos. Em 1998 (ano em que o ide no exterior foi superior ao investimento estrangeiro em Portugal), o Brasil absorveu 46 % dos fluxos líquidos do ide português: foi de longe o primeiro destino, mesmo considerando a União Europeia como um todo, situação que já se verificara em 1996. Entre 1995 e 1998, o investimento de Portugal no Brasil pulou de um pouco menos de cinco para 240 milhões de contos, e até Agosto do corrente ano soma já perto de 210 milhões de contos. O investimento português reparte-se por vários sectores – água e electricidade, telecomunicações, distribuição

alimentar, cimento, cabos, aglomerados...

Há que tirar pleno partido das condições favoráveis que actualmente se verificam para incrementar a relação bilateral, embora seja ainda cedo para que se possa falar de uma parceria de alcance estratégico plenamente consolidada e actuante no plano inter-regional e internacional. O Brasil provou ser um ponto obrigatório da internacionalização da economia portuguesa. É natural que assim continue. Manter abertos e largos os horizontes é, porém, essencial.

Como diz Joaquim Ramos Silva: "[...] quando as economias dos dois países se internacionalizam pela dinâmica própria ou de terceiros, multiplicam-se os pontos de contacto, designadamente com base no factor língua comum. Assistimos nos últimos anos a uma convergência predominantemente 'involuntária' e 'informal', tanto mais forte quanto provém de ambos os lados. Esta evolução é objectivamente favorecida pela globalização, cuja lógica fundamental reside na formação de grandes conjuntos internacionais de origem diversa: regional, cultural, linguística ou outra, eventualmente sobrepostos, mas onde, como no caso vertente, as economias se podem cruzar com vantagem".